

Objetivo 0614: Contribuir para ampliar o acesso à água para consumo humano para a população pobre no meio rural.

O acesso à água de qualidade para o consumo humano constitui elemento fundamental para a garantia da segurança alimentar e hídrica de qualquer população. A falta de acesso, ou o acesso à água de baixa qualidade, pode ser considerada também um importante catalisador da pobreza e da desigualdade, exercendo impactos de grande intensidade na qualidade de vida dos mais pobres, sobretudo dos que se situam na zona rural. O aumento da vulnerabilidade ao risco, com maior probabilidade das famílias serem afetadas por doenças, aumento da mortalidade infantil e alimentação precária, são problemas decorrentes da falta de acesso ou do acesso precário à água.

A delimitação do objetivo às populações rurais se deve ao fato de que o acesso à água dessa população é ainda mais precário e difícil de ser operacionalizado por meio de grandes obras hídricas, uma vez que a dispersão dessa população limita a capacidade de abastecimento por meio da rede pública. A situação se torna crítica quando, além de o domicílio não estar ligado a uma rede de abastecimento de água, a família tem um acesso crítico em decorrência da escassez, da distância em relação à fonte hídrica mais próxima ou da poluição desta.

Dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) indicavam que, em 2011, apenas cerca de 27% da população rural de baixa renda no país possuía acesso à rede pública de abastecimento de água. Diante desse cenário, ao longo dos últimos anos, tem havido um esforço governamental significativo para oferecer soluções alternativas que visem garantir um acesso básico à água de qualidade para consumo humano. Tem crescido a percepção de que são necessários programas, processos e ações de desenvolvimento sustentável que envolvam a participação das comunidades e se utilizem de soluções compatíveis com características econômicas e sociais específicas.

Resultado disso é que desde 2003 já foram apoiadas a implantação de mais de 1,1 milhão de cisternas de 16 mil litros (dessas, 781.847 cisternas entregues no âmbito do Programa Água para Todos¹, no período entre 2011 e 2014), tecnologia utilizada para a captação e armazenamento de água de chuva, atendimento esse concentrado basicamente na região Nordeste, em especial no semiárido legal. Nessa região, a baixa pluviometria média, a elevada variabilidade na distribuição espacial e temporal de chuvas, acompanhada de limitações nas possibilidades de extração de águas subterrâneas, devido tanto à formação cristalina quanto à salubridade dos solos, dificultam o acesso à água principalmente por parte das populações rurais². A maior parte do acesso à água era realizada por meio de poços localizados a longas distâncias das residências, na maioria das vezes com água salobra, e açudes e barreiros de água de baixa qualidade.

O atendimento nessa região conseguiu alcançar a maior parte da demanda que havia sido projetada em 2011, mas a atualização da base do Cadastro Único ainda indica a existência de um grande número de famílias sem acesso à água de qualidade para o consumo humano, o que exige a continuidade da ampla coordenação iniciada com o Programa Água para Todos.

No caso das escolas rurais, de acordo com dados do MEC/INEP (2013), estima-se que cerca de 10 mil escolas rurais da região do semiárido não têm acesso a qualquer forma de abastecimento de água ou acessam água apenas de rios, riachos ou córregos, constituindo um acesso muito precário, que pode inclusive inviabilizar o funcionamento das unidades. A

1 O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS", instituído por meio do Decreto nº 7.535/2011, tem por finalidade promover a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar, visando ao pleno desenvolvimento humano e à segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social.

2 AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Disponibilidade e Demandas de Recursos Hídricos no Brasil**. Brasília, 2005.

implantação de estruturas descentralizadas nestas escolas, portanto, deve servir aos propósitos tanto de fortalecer o abastecimento de água com vistas ao consumo humano, como de conscientizar alunos e professores sobre os temas do acesso e gestão da água para a convivência com o meio ambiente, constituindo parte da estratégia de universalização do acesso à água na região.

Na região Norte, o problema geralmente está relacionado com a poluição das fontes hídricas, que limita a disponibilidade de água de boa qualidade. A carência de saneamento básico nas áreas rurais (esgotamento sanitário e tratamento dos resíduos sólidos) e a proliferação de domicílios com fossas e poços construídos sem requisitos mínimos de proteção sanitária favorecem a contaminação das fontes de abastecimento de água da população, que em sua maior parte é ribeirinha. Essas comunidades são extremamente dispersas, pouco adensadas e com as moradias construídas sobre palafitas, o que torna a implantação de rede de distribuição de água tarefa pouco viável.

Alternativas de atendimento para essa região também passam pela implantação de tecnologias sociais adaptadas às condições socioeconômicas e ambientais específicas, de estruturas descentralizadas de abastecimento de água que promovam a democratização do acesso e sua apropriação pela população diretamente beneficiada.

Inseridos em diversas dessas realidades, os povos e comunidades tradicionais, apesar do importante papel que exercem na conservação da biodiversidade e da cultura do país, possuem graves dificuldades de acesso à água de qualidade. Considerando que essa população está entre os que apresentam os piores índices de insegurança alimentar e nutricional registrados no Brasil, a perspectiva é que constitua público alvo com maior prioridade de atendimento no próximo período.

Para grande parte da população rural, a única alternativa são tecnologias que visem à captação e ao armazenamento de águas pluviais, solução simples, de baixo custo, já amplamente difundida no semiárido e com evidências concretas de que tem melhorado as condições de vida das famílias dessa região.

Para pequenos núcleos comunitários isolados é viável implementar sistemas simplificados de abastecimento de água, que, apesar dos custos relativamente mais elevados, possuem uma escala de atendimento maior. Esses sistemas incluem uma infraestrutura hídrica simples de captação da água de poços, podendo ser utilizado também mecanismos de dessalinização, e a disponibilização para pequenos núcleos comunitários isolados. Nesse caso, o arranjo para a execução dessa ação deve envolver também outros órgãos no âmbito do governo federal, com atuação direta no problema do acesso à água. Esse arranjo é fundamental para que seja alcançada a meta de universalização do acesso à água para famílias da zona rural do semiárido brasileiro.

Além dessas duas alternativas, um esforço também deve ser feito no sentido de identificar outras tecnologias de captação e armazenamento de água que atendam às especificidades de famílias rurais de outras regiões que também sofrem com a falta de acesso à água de qualidade para o consumo, e dos povos e comunidades tradicionais e povos indígenas. Outro desafio importante é identificar estratégias para a expansão gradual do atendimento nas demais regiões, a partir de tecnologias sociais adaptadas.

Com isso, espera-se que as metas e iniciativas estabelecidas no âmbito deste objetivo contribuam efetivamente com a estratégia de ampliar a oferta hídrica descentralizada para atender às necessidades mínimas da população rural dispersa e da população de pequenos núcleos rurais isolados, priorizando a implantação de tecnologias que garantam o acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente.